

# Sindilub

Julho de 2021 - Nº 149

PRESS

*A Revista do Mercado de Lubrificantes*

## Atuação Marcante

Sindicato amplia  
atendimento  
e serviços

**A reforma tributária  
sugerida pelo  
Governo Federal**

**ESG une temas  
relevantes na  
gestão de empresas**

**Nova Linha Premium para fluido de freio**

# **MAINTAIN**

**Especialmente desenvolvido para sistemas hidráulicos de freios e embreagens de carros de passageiros, caminhões e motocicletas.**

- ✓ Maior proteção contra depósitos, corrosão e bolhas
- ✓ Embalagem que diminui o risco de contaminação
- ✓ Alta compatibilidade de materiais
- ✓ Tecnologia Alemã

**Contate hoje mesmo um parceiro autorizado FUCHS!  
Fluidos FUCHS TITAN, fiéis a nós mesmos - e a você.**



 [www.fuchs.com/br](http://www.fuchs.com/br) |  11 4707-0510 |    @fuchslubrificantes



No semestre que se findou, superamos dificuldades, e já que virão os Jogos Olímpicos, neste segundo semestre queremos o Ouro.

E não esqueçam que no próximo mês daremos o pontapé inicial no processo eleitoral, para a renovação da Diretoria e Conselho, cujos mandatos se encerrarão em fevereiro de 2022.

Muito obrigado e boa leitura.

**Laercio Kalauskas**

Presidente do Sindilub

Como faço todas as manhãs, abro o jornal e leio no Caderno de Economia que o deputado relator do Projeto de Lei da Reforma Tributária apresentou um substitutivo, mas em linhas gerais, segundo os analistas, essa reforma que nós esperávamos pudesse simplificar e aliviar a carga tributária, não surtirá esses efeitos, ao contrário. E nem reforçará o caixa do Governo Federal, além de penalizar a distribuição da receita aos Governos estaduais.

Mais adiante, no primeiro Caderno, senti certo conforto ao ler o título da matéria: Câmara aprova projeto que limita supersalários.

Puxa, até que enfim uma boa notícia, que faz justiça ao difícil momento que vivemos no país, em crise social, agravada pela pandemia, quando muitos trabalhadores ganham pouco, e servidores dos três poderes acumulam remuneração com vantagens, que extrapolam em muito os limites de remuneração como determina a Constituição Federal.

Mas não deveria ter lido a matéria, pois ao ler veio-me a decepção: não se levará em conta para considerar o limite da remuneração, no âmbito da administração pública, o que os servidores recebem como auxílio-alimentação, mensalidade de planos de saúde, adicional de férias, indenização de férias não gozadas, adicional noturno, serviço extraordinário, auxílio-creche, indeniza-

ção ou auxílio de transporte, indenização por uso de veículo próprio em serviço e auxílio-moradia.

Vejam vocês...

Bem, vale aquela expressão popular: Tudo como dantes no quartel de Abrantes.

Ou a famosa frase do Príncipe Falco-neri no livro O Leopardo, do escritor Lampedusa: Algo deve mudar para que tudo continue como está.

Mas vamos falar de coisas boas?

Convido vocês para a leitura desta edição da Sindilub Press, e com muito orgulho demonstramos os ótimos resultados alcançados por todos nós, diretoria, colaboradores, associadas e patrocinadores neste primeiro semestre, pois com a ampliação dos serviços oferecidos, a presença mais e mais constante nos meios digitais, aumentamos gradativamente o quadro associativo, incentivando-nos a mais e mais e maior dedicação, dentro de nossas possibilidades.

E as boas notícias não param por aí, pois no âmbito institucional o trabalho do Sindilub vem sendo cada mais reconhecido e elogiado por sua contribuição na ampla divulgação dos resultados do Programa de Monitoração dos Lubrificantes instituído pela ANP, e para o sistema de logística reversa das embalagens usadas de lubrificantes.

# ÍNDICE

Atuação marcante	6
Um olhar exclusivo sobre impostos e mercado	8
ANP destaca papel do Sindilub no debate sobre qualidade	14
A Reforma Tributária Sugerida pelo Governo Federal	16
Logística reversa X Covid-19	18
Fuchs reduz ativamente pegada ecológica de carbono	20
ESG une temas relevantes na gestão de empresas	22
Lubrificantes adequados às novas regras para pesados	24
O homem de dois bilhões de litros	26

## EXPEDIENTE

Julho - 2021, edição nº 149

**Sindilub Press:** Veículo de divulgação oficial do Sindicato Interestadual do Comércio de Lubrificantes - SINDILUB.

**Endereço:** Rua Tripoli, 92 Cj. 82  
Vila Leopoldina  
05303-020 - São Paulo - SP  
Telefone: (11) 3644-3440

**Presidente:** Laercio dos Santos Kalauskas  
**Vice-presidente:** José Victor Cordeiro Capelo  
**Diretor secretário:** Adriano Luiz de Castro Silva  
**Diretor tesoureiro:** Fabio Henrique Sgobi  
**Diretor social:** Alcides Marcondes da Silva Júnior

**Diretores:** Luiz Leme Júnior, Christian Meyer, Fabiano Grassi, José Alves da Cruz, Antonio da Silva Dourado.

**Conselho Fiscal:** Marcio Seccato, Wilson Carlos Iglesias Motta, Francisco Gonzales Frontana, Luis Alberto Diogenes Pinheiro Júnior, Gabriel Abou Rejali.

**Editora:** Ana Leme - MTB 84.275 - sindilub@sindilub.org.br

**Jornalista responsável:** Thiago Castilha - MTB 66.498 - imprensa@sindilub.org.br

**Jornalista:** Renato Vaisböh - MTB 23.605  
**Arte e design:** Rogério Weikersheimer

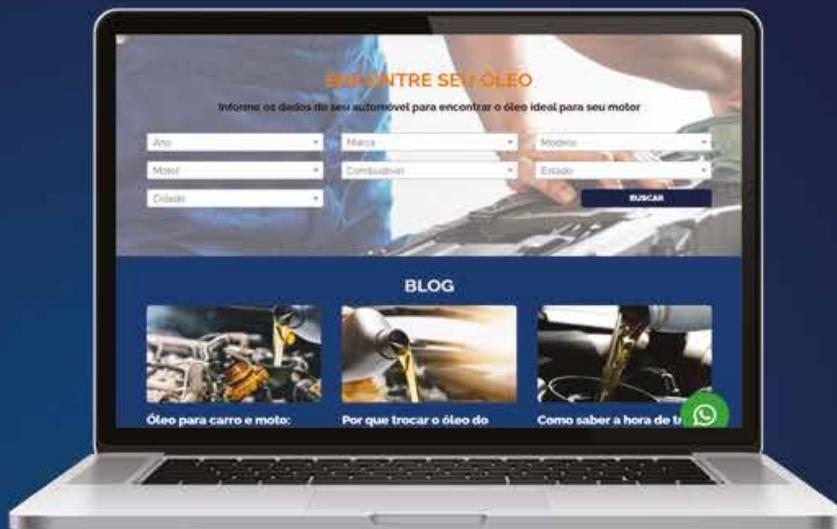
**Impressão:** Lince Gráfica e Editora  
**Publicidade:** comercial@sindilub.org.br  
**Capa:** Arte sobre imagem de Bruno Thethe

[www.sindilub.org.br](http://www.sindilub.org.br)

As matérias são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião da entidade. Não nos responsabilizamos pelos conteúdos dos anúncios publicados. É proibida a reprodução, total ou parcial, dos textos ou imagens sem prévia autorização do Sindilub.

# NOVO SITE

www.unilubrificantes.com.br



## FERRAMENTA ENCONTRE SEU ÓLEO

Descubra qual o óleo ideal para o seu motor.



## LANÇAMENTO

### Fórmula Synth SP

Veículos **mais** modernos exigem lubrificantes **mais** avançados.

\* Indicado também para veículos híbridos.



# ATUAÇÃO MARCANTE

*Sindilub encerra primeiro semestre com bons resultados, novos associados, ampliação dos serviços oferecidos e maior presença nos meios digitais*

## CAPA

Por Renato Vaisbih

Desde o início da pandemia da Covid-19, muitas instituições se viram forçadas a colocar o pé no freio, suspender atividades, deixar de fazer investimentos ou cortar despesas. No sentido contrário, apesar das dificuldades e cumprindo todos os protocolos indicados pelas autoridades sanitárias e governamentais, com profissionais à distância, o Sindilub manteve suas atividades com êxito.

Os frutos já começaram a ser colhidos e os bons resultados da atuação marcante da entidade puderam ser percebidos no encerramento do primeiro semestre de 2021, período em que o sindicato registrou aumento no número de associados, ampliando sua representatividade no mercado nacional de lubrificantes.

Os serviços oferecidos pelo sindicato também ganharam novas

frentes de atuação, principalmente com relação às assessorias consultivas jurídica e ambiental. Isso porque houve mudanças relevantes, como a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na chamada “tese do século”, sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins.

Quanto aos impostos e a possibilidade de ações judiciais para solicitar ressarcimento de valores pagos a maior ao Fisco desde 2017, o Sindilub realizou uma série de eventos, intitulada “Agenda Tributária”, incluindo live no YouTube com especialistas e um workshop exclusivo para associados (veja mais detalhes na reportagem publicada nesta edição).

Na questão ambiental, foi montada uma estrutura para atender à demanda no esclarecimento de dúvidas e fazer o preenchimento de documentos a serem apresentados aos órgãos governamentais, como a Declaração de Movimentação de Resíduos (DMR), que em São Paulo passou a exigir novas informações.

A DMR apresenta de maneira detalhada o registro de quantidades de resíduos sólidos gerados, transportados e destinados. Trata-se de um documento regulado por legislação estadual, mas vinculado ao sistema nacional. Por conta disso, em alguns estados deve ser apresentado trimestralmente; em outros, semestralmente.

Além da DMR, os empresários também precisam de mais dois documentos: o MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos) e o CADRI (Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental).

## PRESEÇA DIGITAL

Com as restrições impostas pela pandemia, o Sindilub apostou em uma maior presença nos meios digitais para interagir com os associados e seus diversos parceiros, com destaque para a realização de eventos no ambiente on-line e também a divulgação de ações da entidade.



**Soluções em óleos sustentáveis de alta performance**

Os óleos básicos da Lwart Soluções Ambientais são a prova de que é possível cuidar do meio ambiente e garantir alto desempenho ao mesmo tempo. Uma linha de produtos rerrefinados com altíssimo grau de pureza, qualidade e confiabilidade para atender aos mais exigentes requisitos dos diversos mercados onde são aplicados.

**LWART**  
SOLUÇÕES AMBIENTAIS

Conheça nossas soluções em [lwart.com.br](http://lwart.com.br)



A Diretoria destaca que foram feitos investimentos para aquisição de equipamentos e ferramentas de transmissão em tempo real pela internet, com o intuito de aprimorar as lives realizadas pelo sindicato.

A programação segue firme para o segundo semestre, já com o primeiro encontro marcado para o dia 21 de julho, às 19h, com o consultor Marcelo Borja, que vai abordar o tema “Como acelerar as vendas no Varejo”.

Para a comunicação de atividades e envio de informações impor-

tantes aos associados e parceiros, foram contratados serviços de distribuição de mensagens por Whatsapp para números de telefones cadastrados e por sistema de e-mail marketing. São mais de 15 mil contatos, sendo que as duas ferramentas permitem que as listas sejam segmentadas de acordo com os interesses de quem vai receber o conteúdo.

Os canais de divulgação do Sindilub, além da revista Sindilub Press e do site [www.sindilub.org.br](http://www.sindilub.org.br), ganharam ainda mais força, com postagens constantes nas redes sociais. No canal oficial do YouTube,

são 2,4 mil inscritos e aproximadamente 10 mil visualizações no período de um ano. Com Facebook, Instagram e LinkedIn, o sindicato possui quase 9 mil seguidores.

Simultaneamente aos debates no ambiente digital, integrantes da Diretoria e da equipe de profissionais se organizaram em 2021 para a retomada da participação ativa do sindicato nos principais fóruns de debate e tomada de decisões do setor, como grupos técnicos da Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA) e Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP). ■

## EVORA DX1 SP

**0W-16/0W-20/5W-20/5W-30**

**Evora Synthetic DX1 SP** é um óleo lubrificante 100% sintético, multiviscoso, recomendado para modernos motores automotivos movidos a gasolina, etanol, flex e GNV. Possui nível de desempenho de última geração **API SP**, **ILSAC GF-6A**, que proporciona proteção contra a ocorrência de pré-ignição na queima do combustível.



**ACESSE NOSSO  
SITE AQUI**  
aponte a camera  
para o QR Code



# UM OLHAR EXCLUSIVO SOBRE IMPOSTOS E MERCADO

## SINDILUB EM AÇÃO

Por Renato Vaisbih

O Sindilub realizou no último dia 19 de maio a 2ª Convenção Digital para associados e convidados, com a participação de aproximadamente 200 pessoas e transmissão diretamente do Royal Palm Tower, em Campinas (SP). Os destaques da programação foram o “Workshop Agenda Tributária” e um bate-papo sobre os avanços dos preços dos lubrificantes.

Na parte sobre os impostos, o encontro teve a presença in loco dos advogados tributaristas Alessandra Okuma, sócia do Izu Medeiros Sociedade de Advogados, e João André Buttini de Moraes, sócio-fundador da ButtiniMoraes Advogados. A análise sobre o mercado ficou a cargo do diretor da consultoria Factor-Kline, Sérgio Rebêlo, que participou por meio do aplicativo Zoom.

Em Campinas, além dos advogados, compareceram cerca de 30 pessoas, incluindo integrantes da Diretoria do sindicato, convidados e profissionais do Sindilub e da operação local. “Tivemos um evento diferente que, por ser híbrido, não permitiu que a gente compusesse a mesa por motivos de segurança. Seguimos uma série de protocolos, incluindo testes de Covid-19 em todos, para conseguir realizar esse encontro”, afirmou o presidente Laercio Kalasuskas.

Ele também enfatizou que a programação foi elaborada com o objetivo primordial de apresentar temas relevantes para o mercado de lubrificantes sob a perspectiva dos revendedores atacadistas associados ao sindicato e de abordar assuntos que fazem parte do dia a dia dos negócios.

## “TESE DO SÉCULO”

Kalasuskas teve envolvimento na produção do evento, até mesmo como mediador do workshop com os advogados tributaristas sobre os desdobramentos da decisão do Supremo Tribunal Federal a favor dos contribuintes, com a exclusão do ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo do PIS e da Cofins, alguns dias antes do encontro.

Segundo o presidente do Sindilub, “a gente teve várias sentenças judiciais diferentes com relação à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins nos últimos anos. Algumas são definitivas; outras, genéricas, sem especificar se o ICMS a ser excluído é o destacado na nota ou o efetivamente pago. Com a decisão recente do STF, tudo muda. Então, a nossa ideia é ter uma interação com os advogados para tirar dúvidas, falar sobre segurança jurídica e os riscos sobre eventuais ações”.

Para a advogada Alessandra Okuma, segurança jurídica realmente é importante. “Quando a gente pensa em ofertas para recuperação de créditos ou economia em tributos, é necessário ter muita atenção. Não existem milagres! Depois de cinco anos, a chance de chegar um auto de infração com multas relevantes é grande. É preciso ter um estudo para ter eficiência fiscal com segurança. O setor de lubrificantes é complexo. Então, o advogado precisa conhecer as operações do dia a dia”.

Sobre a decisão do STF, Okuma explicou que, na chamada “tese do século”, ficou determinado que

deve ser excluído da base de cálculo do PIS e Cofins o ICMS destacado na nota fiscal. “A primeira vez que o STF julgou esse tema foi em 2017 e agora foram, finalmente, definidos outros pontos importantes. Os contribuintes que entraram com ação depois de março de 2017 podem aproveitar os créditos relativos a esse período de forma retroativa”, esclareceu.

Para quem ainda não entrou com ação judicial sobre o tema, a advogada recomenda que isso seja feito o mais breve possível para se beneficiar da decisão do STF, assegurando o direito de pagar menos PIS/Cofins no futuro e compensar o crédito desde 2017.

O setor da revenda atacadista de lubrificantes ainda tem uma peculiaridade, que é a Substituição Tributária (ICMS-ST), regime adotado pela Receita Federal em mercados pulverizados em que a fiscalização se torna mais complexa.

“Eu brinco que é um imposto que tem transtorno de ansiedade. É um ICMS que vai ser cobrado no início da cadeia. O fabricante ou importador vai pagar por todas as etapas posteriores da cadeia de produção até o consumidor final. É um imposto calculado de forma antecipada, com um exercício de futurologia. Você vai estimar o imposto, com o preço da mercadoria e o que seria devido em cada etapa, do ICMS normal. Na aquisição de lubrificantes, o empresário paga o ICMS e o ICMS-ST. Os fornecedores de lubrificantes pagaram por todos da cadeia antecipadamente e, depois, o atacadista precisa acertar a conta, fazendo um cálculo com a utilização da MVA, a margem de valor agregado”, detalha Okuma.

# Lubrificantes Repsol Elite



**REPSOL**

*Inventemos o futuro*

A tecnologia mais avançada  
testada em alta competição

- Produtos de vanguarda em proteção e eficiência para o cuidado e duração do motor
- Homologados pelos principais fabricantes



[www.repsol.com.br](http://www.repsol.com.br)

Para mais informações contate:  
[sac.rlesa@repsol.com](mailto:sac.rlesa@repsol.com)

**Tudo o que aprendemos em alta competição  
aplicamos aos nossos produtos**



## COMPENSAÇÃO OU RESSARCIMENTO? OU NENHUM DOS DOIS?

Diante das inevitáveis distorções entre o valor estimado na cobrança do ICMS-ST e o valor real, a Receita Federal criou mecanismos para apurar a situação de cada contribuinte e verificar a necessidade de compensar o pagamento do imposto ou se há créditos a serem restituídos.

Assim, outro tema abordado no “Workshop Agenda Tributária” foi o ROT-ST – Regime Optativo de Tributação da Substituição Tributária –, no qual os empresários que aderirem ficam isentos de pagar eventual complementação do ICMS, mas também abrem mão do ressarcimento, se tiverem direito. O detalhe é que a regra se aplica somente aos comerciantes varejistas.

“Quando a gente fala de ICMS é muita complexidade. Algumas coisas estão na superfície; mas outras, nas águas profundas. Eu conheço tributaristas que chamam o sistema de manicômio tributário”, falou Kalauskas, antes de enumerar uma série de dúvidas sobre a Substituição Tributária ao advogado João André Buttini de Moraes.

De acordo com Moraes, “o problema é que a sistemática de cálculo não é simplesmente aritmética. Deveria ser assim, mas não é. Esse cálculo passa por questões conceituais. Tenho visto muitas empresas fazendo cálculos simples, achando que deveria ser assim. Não é uma mentalidade errada, mas a realidade do nosso país, infelizmente, exige algo mais robusto do que isso. Então, a nossa conversa com os empresários do setor de lubrificantes é no sentido de pensar nas particularidades dos negócios para fazer os cálculos dos tributos”.

Quanto à Substituição Tributária, o advogado lembra que a possibilidade de ressarcimento ou complementação no setor de combustíveis e lubrificantes não é novidade, mas existem situações diversas, especificamente

relacionadas ao ROT-ST, que podem causar confusões. Isso sem falar que a legislação do ICMS e, conseqüentemente a implementação do ROT-ST, é de âmbito estadual.

“Sempre deve ser feito um cálculo considerando que, se o valor no destino for maior do que o cobrado na origem, o remetente tem o dever de fazer o complemento. O que vai ser levado em conta é a legislação do Estado de destino. Quando é a situação inversa, ou seja, o valor no destino se mostra menor, o contribuinte tem direito ao ressarcimento”, orientou Moraes.

## RECUPERAÇÃO, MAS COM ESTOQUES EM ALTA

A programação da 2ª Convenção Digital do Sindilub ainda contou com um bate-papo, via aplicativo Zoom, com o diretor da consultoria Factor-Kline, Sérgio Rebêlo, sobre as perspectivas do mercado global de óleos básicos e dos lubrificantes.

Rebêlo apresentou números de um levantamento mundial feito pela Kline indicando que o mercado global de lubrificantes fechou 2020 com 35 milhões de toneladas, apresentando declínio de cerca de 13,5% em relação a 2019. Nenhuma das 12 principais economias do mundo apresentou crescimento no mercado de lubrificantes acabados em 2020.

“Essa queda, todavia, não foi linear ao longo do ano. Nós vimos que no início da pandemia, particularmente em março e abril – e isso se repetiu no mundo todo basicamente –, o consumo de lubrificantes caiu cerca de 40% ao que seria esperado nos modelos se não tivéssemos o problema. Em maio, o mercado de lubrificante começa a se recuperar e no último trimestre do ano alcança níveis já superiores ao que se poderia esperar no período pré-Covid-19, comparando com o mesmo período do ano anterior”, explanou o diretor da Factor-Kline.

Ele destacou que a consultoria percebeu um “descompasso entre o

mercado de lubrificantes e o setor de derivados de petróleo em geral. A pandemia, evidentemente, teve impacto em outros setores. O mercado de derivados de petróleo e combustíveis teve uma queda inicial menor do que o de lubrificantes, mas não teve uma recuperação rápida que nós vimos no mercado de lubrificantes acabado”.

No Brasil, Rebêlo lembrou que a pandemia teve conseqüências graves na economia e, obviamente, o mercado de lubrificantes não foi poupado. “A queda, em termos de volume, ficou entre 5% e 5,5% em relação a 2019, com perdas maiores entre os lubrificantes para veículos de passageiros. O ponto positivo disso tudo é que constatamos a continuidade da melhora da qualidade dos produtos disponibilizados no mercado brasileiro”, falou.

Questionado sobre a disponibilidade de estoques de óleos básicos e produtos acabados, tanto entre os fabricantes quanto no mercado de distribuição e revenda, o consultor explicou que há uma dificuldade para generalizar o tema porque é preciso “considerar as diferentes modalidades que as empresas possuem, seja de verticalização em relação a óleos básicos, de capacidade de armazenagem ou também da maneira que elas vão ao mercado, com estoques avançados ou utilizando canais de distribuição como a revenda atacadista”.

Rebêlo estimou, no entanto, que as empresas que dependem de óleos básicos do Grupo I e têm a Petrobras como fornecedora, se tiverem capacidade de armazenagem, estão trabalhando com estoque para 30 a 45 dias. Para óleos básicos importados, ele calculou que os estoques giram em torno de 60 a 70 dias.

“Na ponta da revenda, a percepção da Factor-Kline é de que neste início de 2021 tivemos muito mais um nível de sell-in muito superior ao de sell-out. Isso significa que temos um nível de estoque bastante superior ao usual ao longo da cadeia. A sensação é que a cadeia está super-estocada”, pontuou.

# LUBRIFICANTE DE QUALIDADE É **PDV DO BRASIL**



**Linha PDV de lubrificantes:**  
proteção e alto desempenho!

f @ pdvdobrasiloficial

☎ (14) 3283-8070

✉ vendas@ultraxlub.com.br

🌐 www.ultraxlub.com.br



## O QUE DIZEM OS ASSOCIADOS E DIRETORES DO SINDILUB

Durante a 2ª Convenção Digital ainda foram realizadas as Assembleias Geral Ordinária e Extraordinárias para aprovação de contas, definição de valores da contribuição confederativa e atribuição dos direitos à Diretoria para negociar acordos coletivos com sindicatos de trabalhadores.

As reuniões, conduzidas pelo presidente Laercio Kalauskas e pelo consultor jurídico do sindicato, Edison Gonzales, tiveram a participação de diretores do sindicato, presencialmente ou on-line: o vice-presidente Victor Capelo; o diretor secretário, Adriano Luiz de Castro Silva; o diretor social, Alcides Marcondes da Silva Júnior; e o diretor de varejo, Wilson Carlos Iglesias. ■

Em um momento de incertezas, é muito gratificante sabermos que podemos contar com a seriedade e comprometimento do Sindilub. Eu, como empresária do ramo de lubrificantes há mais de 25 anos e advogada tributarista, sócia do escritório Porto & Advogados Associados, fico lisonjeada pela parceria do Sindilub e pela preocupação em nos atualizar por meio de lives informativas e workshops tributários com profissionais excelentes e conteúdo enriquecedor. Parabéns pelo excelente trabalho. Recebam o meu orgulho e admiração!



Elaine Porto Marques, associada do Sindilub

Tive a oportunidade de acompanhar a produção da 2ª Convenção Digital do Sindilub de perto e posso confirmar que tudo foi realizado com muito profissionalismo e comprometimento. Além do alto nível dos debates, a organização foi cuidadosa desde a parte técnica para a transmissão on-line até a observação dos protocolos sanitários para o pessoal que participou presencialmente, com a realização de testes rápidos de Covid-19 e a distribuição de máscaras descartáveis e frascos individuais de álcool em gel.



Adriano Luiz de Castro Silva, diretor secretário do Sindilub

Quero destacar a agilidade do Sindilub em trazer para os associados um tema que interfere diretamente no dia a dia dos empresários, ainda mais por ser um assunto jurídico complexo, como a decisão do STF de aprovar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. Também achei importante a preocupação de utilizar os melhores recursos tecnológicos para aproximar os associados que estão em locais mais distantes de São Paulo e, por causa da pandemia, tiveram de acompanhar o evento on-line.



Victor Capelo, vice-presidente do Sindilub

Não faz muito tempo que implementamos o Núcleo de Varejo no Sindilub e, mesmo com os obstáculos impostos pela pandemia para a realização do evento, com um formato híbrido, presencial e on-line, a Diretoria Executiva teve um olhar diferenciado para os revendedores varejistas. O debate sobre o ROT-ST, o regime opcional para os empresários deixarem de complementar o ICMS-ST, mas também abrirem mão de uma eventual restituição, é de suma importância e só vale para o varejo. Ficamos muito satisfeitos com o resultado do evento.



Wilson Carlos Iglesias Motta, diretor de varejo do Sindilub

Mais uma vez eu quero parabenizar a Diretoria Executiva do Sindilub que, como sempre, trouxe assuntos muito pertinentes ao nosso segmento para o centro dos debates, como os tributos que foram abordados neste nosso último evento. Já estamos à espera do próximo.



Alcides Marcondes da Silva Júnior, diretor social do Sindilub

 [www.petrol.com.br](http://www.petrol.com.br)

 [petrolubrificantes](https://www.facebook.com/petrolubrificantes)

 [petrolubrificantes](https://www.instagram.com/petrolubrificantes)

 +55 16 2111-9500

 **Petrol**<sup>®</sup>

no presente e no futuro,  
juntos e cada vez  
mais perto de você



MOTOR OIL  
SINCE 1967

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realizou em abril o Seminário de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos e publicou no mês seguinte a primeira edição de 2021 do Boletim do Programa de Monitoramento de Lubrificantes (PML).

Nas duas ocasiões, representantes da ANP reafirmaram o compromisso do Sindilub com os empresários da revenda de lubrificantes e sua participação no debate a respeito da qualidade dos produtos, promovendo ações específicas e divulgando os resultados de pesquisas.

Com relação ao PML, o coordenador de Petróleo, Lubrificantes e Produtos Especiais da ANP, Felipe Feitosa Oliveira, especialista em regulação de petróleo, encaminhou mensagens ao Sindilub indicando a publicação do mais recente boletim e afirmando contar com o auxílio do sindicato quanto à orientação dos associados.

Oliveira ainda enviou ofício assinado pelo coordenador geral do Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas (CPT/SBQ/ANP), Alex Rodrigues Brito de Medeiros, apresentando a relação de lubrificantes sem registro e também com aditivação insuficiente ou ausente, que não devem ser comercializados. Na correspondência, Medeiros afirma que “permanece à disposição para esclarecimento e atuação em conjunto com o Sindilub”.

Já no Seminário de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos, Oliveira foi o mediador de uma apresentação que teve a presença de Giancarlo Passalacqua, representante da Associação Brasileira de Downstream (ABD) e o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP); Irineu Galeski Jr., advogado do Simepetro – Sindicato Interestadual das Indústrias Misturadoras e

# ANP DESTACA PAPEL DO SINDILUB NO DEBATE SOBRE QUALIDADE

*Representantes da agência reguladora reforçam apoio do sindicato na divulgação de resultados do boletim do Programa de Monitoramento de Lubrificantes (PML)*

Envasilhadoras de Produtos Derivados de Petróleo –; e Luiz Feijó Lemos, coordenador da Comissão de Lubrificantes e Lubrificação do IBP.

“É muito importante a divulgação que vocês vêm fazendo dos produtos em não-conformidade identificados no PML, assim como faz o Sindilub, que é o sindicato dos revendedores de lubrificantes, e a partir de 2021 a gente certamente vai fazer a partir do Óleo Certo, que é o canal que pode chegar mais diretamente ao consumidor final, certamente”, afirmou Oliveira, dirigindo-se a Giancarlo, que apresentou o site Óleo Certo, dedicado ao combate do comércio ilegal de lubrificantes adulterados e fraudes no setor.

Além dos lubrificantes, o seminário ainda abordou outros temas, como gasolina, etanol, óleo diesel, gás natural e biometano, biocombustíveis, combustíveis de aviação, programas de monitoramento, combustíveis avançados, asfaltos, GLP, distribuição e logística e fiscalização do abastecimento.

Quanto à fiscalização, a ANP também publicou no início deste ano um documento com o balanço das ações de 2020, onde incluiu a participação do superintendente de Fiscalização do Abastecimento da ANP, Francisco Nelson, da live organizada pelo Sindilub, junto com o advogado Irineu Galeski Jr e Pedro Nelson Belmiro, do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP).

## PML – QUALIDADE EM ALTA

Por causa de atrasos devido principalmente aos efeitos causados pela pandemia, a ANP reuniu as análises das amostras de lubrificantes que deveriam fazer parte de dois boletins do PML em uma única edição, que foi publicada no final de maio.

O Índice de Qualidade Ponderado, que considera os resultados do Programa e também os dados dos produtores e importadores informados à ANP com o objetivo de se aproximar o máximo possível da realidade do mercado, registrou 97,3% de conformidade. A média do IQP entre a primeira publicação e a anterior à atual (abril de 2017 e dezembro de 2020) é de 97,2%.

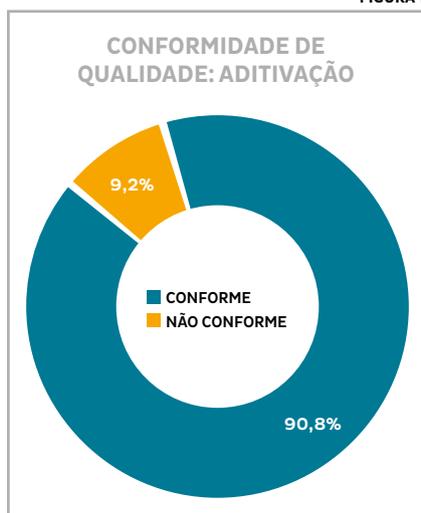
Oliveira, da ANP, ressaltou que “esse índice é reflexo do trabalho constante da ANP, com acompanhamento próximo de todo o mercado, bem como de empresas sérias e comprometidas com a qualidade total, com profissionais extremamente qualificados. Para os detentores recorrentes na comercialização de produtos de baixa qualidade, continuaremos a atuar incisivamente, de forma a solucionar os problemas ou retirar esses produtos do mercado”.

No sentido de chamar a atenção dos comerciantes, o boletim destacou quatro marcas sem regis-

tro, cujos óleos lubrificantes não devem ser comercializados em hipótese alguma, e outros 47 produtos que apresentaram aditivação insuficiente ou ausente e podem causar sublubrificação nos motores.

O documento aponta que do total de 757 amostras avaliadas, 85,7% (649) não apresentaram problemas e 14,3% (108) tiveram pelo menos um parâmetro fora da conformidade. A não conformidade mais recorrente foi justamente a “aditivação fora de especificação”, em 8,7% do total de amostras.

Como os produtos que apresentaram problemas de registros e outras irregularidades nem chegam a ser analisados mais detalhadamente, a aditivação foi avaliada em 720 amostras. Desse número, 654 (90,8%) estavam conformes – de acordo com a ANP, “os teores dos elementos químicos ava-



liados estavam de acordo com os valores declarados no registro” – e 66 (9,2%) apresentaram aditivação fora de especificação. (veja figura 1)

A aditivação nos lubrificantes é analisada a partir da presença dos elementos químicos Cálcio, Magnésio, Fósforo, Zinco e Molibdênio. Esses elementos atuam nos

motores como detergentes, dispersantes, antioxidantes e agentes antidesgaste. Por isso, se estiverem ausentes ou com níveis inferiores ao recomendado, pode ocorrer sublubrificação e provocar danos aos equipamentos.

A ANP alerta que, de acordo com a legislação, os agentes envolvidos na cadeia de produção e distribuição de petróleo e derivados “podem responder solidariamente pelos vícios de qualidade”.

Por conta disso, a agência reguladora reforça que os produtos listados no boletim do PML por irregularidades não devem ser distribuídos e nem comercializados. ■

O acesso ao Painel Dinâmico da Qualidade dos Lubrificantes pode ser feito pelo link ao lado:



# LANÇAMENTO

## BOMBA ELÉTRICA RECARREGÁVEL

- ALTA PRESSÃO COM AJUSTE DE VAZÃO;
- DESIGNER ROBUSTO E ERGONÔMICO;
- MEDIDOR DE VOLUME INTEGRADO;
- COM ALARMES DE SEGURANÇA.



DISPLAY LCD



Acesse nosso site pelo QR Code ou se preferir digite [www.lupuslubrificacao.com.br](http://www.lupuslubrificacao.com.br)



GR

BATERIA LÍCIO 20V

CAPACIDADE 400G

PRESSÃO 7.250 PSI

# A REFORMA TRIBUTÁRIA SUGERIDA PELO GOVERNO FEDERAL

## ARTIGO

Por Alessandra Okuma

Em meio ao caos da crise econômica e sanitária, o Governo Federal divulgou sua proposta de reforma do imposto sobre a renda, o PL 2337/2021.

O “propósito” seria aumentar o imposto de renda dos “super-ricos”, mas, na verdade, acaba por atingir a classe média.

Primeiro, porque a alteração na tabela progressiva do imposto de renda das pessoas físicas- IRPF não é relevante, mas mera atualização. Não foram criadas novas alíquotas e as faixas continuam insuficientes para que haja uma efetiva redistribuição de renda.

Na proposta do Governo Federal, todos os brasileiros que ganham mais de R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais) serão considerados “super-ricos”, de modo que um professor universitário que ganha cerca de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) pagará a mesma alíquota de IRPF que o Silvio Santos, que no passado era considerado o maior contribuinte de IRPF no Brasil.

Segundo, por causa da tributação dos dividendos. Todo o lucro recebido pelos sócios é resultado da atividade da empresa, que sofreu a incidência de tributos sobre o faturamento (contribuições ao PIS e Cofins), assim como do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido.



ALESSANDRA OKUMA  
ADVOGADA TRIBUTARISTA

FOTO: DIVULGAÇÃO

Mesmo com a maior redução de alíquotas prevista no substitutivo do Relator, o Deputado Federal Celso Sabino (15% para 5%, em 2022, e 2,5%, a partir de 2023), as pequenas e médias empresas, que estão no regime do simples e do lucro presumido, pagarão uma pesada conta.

Cálculos feitos pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação - IBPT estimaram o aumento de carga tributária para empresas optantes do lucro presumido, uma forma simplificada. No primeiro cálculo, considerou-se uma empresa do setor de serviços com faturamento de R\$ 1 milhão. Na comparação com as regras atuais, os impostos subiriam 32,92% em 2022 e 26,69% em 2023. Para empresa comercial optante pelo regime do

lucro presumido, com faturamento de R\$ 1 milhão, o aumento da carga tributária seria de 30,12% em 2022 e 23,89% em 2023.

A tributação de dividendos também tem outro efeito preocupante: o retorno da distribuição disfarçada de lucros, instrumento utilizado para afastar a tributação de dividendos.

A distribuição disfarçada de lucros se dá pela entrega de bens ou direitos da empresa, aos sócios, por valor inferior ao de mercado; bem como por outros mecanismos que tenham como finalidade o pagamento de despesas pessoais das pessoas físicas (por exemplo, pagamento de mensalidade de escolas, planos de saúde e clubes).

Esse tipo de artifício é difícil de ser comprovado e requer o exame detalhado de documentos. Hoje, essa análise documental está focada nos 169 mil contribuintes que estão no regime do lucro real. Com a volta da tributação de dividendos e do instituto da distribuição disfarçada de lucros, a Receita Federal do Brasil terá que fiscalizar documentos de empresas que estão no regime do lucro presumido (883 mil) e até do SIMPLES (mais de 4 milhões). Obviamente, a tarefa de fiscalizar mais 5 milhões de contribuintes vai demandar a nomeação de novos auditores fiscais e outros servidores públicos, além de recursos de inteligência artificial. Resultará em maiores despesas e complexidade do nosso paquidêmico sistema jurídico tributário, cujo volume de normas impressas já alcança o peso de 7,5 toneladas.

Certamente haveria solução mais simples e eficiente, como reduzir o limite de receita anual das empre-

sas que podem optar pelo regime do lucro presumido, atualizar os coeficientes do SIMPLES e outras.

A dupla tributação econômica do lucro, na pessoa jurídica e na pessoa física, seria um desincentivo ao empreendedorismo e não resolveria a questão da “pejotização”.

A “pejotização” decorre da alta carga tributária sobre a folha de salário: a contribuição do empregador sobre a folha de salários 20%; contribuição para riscos ambientais do trabalho (RAT) de 1% a 12%; o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) de 8%; o salário educação de 2,5%; a contribuição ao Inca de 0,2% e as contribuições do Sistema S – Sebrae 0,3%, Senac 1%, Senai 1%, Senar 2,5%, Senat 1%, Sesc 2%, SESCOOP 2,5%, Sesi 1,5% e Sest 1,5%.

O total dos encargos previdenciários varia de 34% a 45%, sendo que a alíquota média da tributa-

ção da folha de salários nos países da OCDE está entre 18% e 22%.

A tributação do lucro na pessoa jurídica e a isenção de IRPF sobre dividendos são essenciais para milhões de pequenas e médias empresas, que são grandes responsáveis por empregos formais no setor privado.

Assim sendo, a intenção de promover justiça fiscal e evitar a “pejotização” dificilmente será concretizada pelo PL 2337/2021. Ao contrário, teremos o aumento da carga tributária para a classe média, o que poderá estimular a informalidade ainda maior nas pequenas e médias empresas.

Além disso, de nada adianta uma reforma tributária para criar novas fontes de receitas para o Estado – e ônus aos contribuintes – que não seja acompanhada de uma reforma administrativa para acabar com os supersalários do funcionalismo público. ■



**areon**<sup>®</sup>  
QUALITY PERFUMES

**areon**  
QUALITY PERFUME

**SEJA UM REVENDEDOR** | **SEJA UM DISTRIBUIDOR**  
Entre em contato: (47) 99141-8999 | Entre em contato: (47) 99173-1837

## MEIO AMBIENTE

Por Renato Vaisbih

O Relatório Anual de Desempenho 2020 do Instituto Jogue Limpo, divulgado no início de maio, apresenta detalhadamente as ações realizadas no ano passado relacionadas à coleta de embalagens plásticas de óleos lubrificantes usadas e, posteriormente, encaminhadas para reciclagem.

O documento destaca a o relacionamento com os diversos agentes do setor e iniciativas para divulgação da importância da logística reversa para a sociedade em geral.

Nesse sentido, o relatório reforça a participação e compromisso do Sindilub e das revendas atacadas de lubrificantes com o meio ambiente e a logística reversa das embalagens e também do óleo usado e/ou contaminado (oluc).

# LOGÍSTICA REVERSA X COVID-19

Dentre as 96 páginas da publicação, metade de uma delas, sob a rubrica “Educação Ambiental”, é dedicada ao evento virtual realizado pelo Sindilub no dia 12 de agosto de 2020, que abordou a logística reversa e os 10 anos da lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

A live teve a participação do diretor executivo do Instituto Jogue Limpo, Ezio Antunes; do procurador de Justiça, José Eduardo Lutti; e de Manoel Browne, à época presidente da Ambioluc, associação

que reúne empresas de logística reversa e rerrefinadores de oluc.

A respeito do mesmo tema, o relatório ainda cita a reportagem – com link para acesso direto – da edição 144 da revista Sindilub Press, de agosto de 2020, com o título “10 anos da PNRS: lubrificantes na vanguarda!”, escolhido justamente pelo pioneirismo do setor nos programas de logística reversa, tendo justamente o Instituto Jogue Limpo como um dos exemplos, uma vez que foi criado cinco anos antes da lei.

## O JOGUE LIMPO É:

- ✓ O Sistema de Logística Reversa das Embalagens Plásticas de Óleo Lubrificante Usadas e do OLUC (Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado).
- ✓ Que possui Acordo Setorial assinado junto ao Ministério do Meio Ambiente (MMA).
- ✓ Com 13 termos de compromisso assinados com Secretarias de Meio Ambiente estaduais (SEMAS) - PR, SP, RJ, MG, ES, BA, AL, PE, PB, CE, RN, MS e DF.
- ✓ Reconhecido pelo MMA e SEMAs como sistema de Logística Reversa oficial do setor.
- ✓ Representante habilitado pelos fabricantes e importadores.



[www.joguelimpo.org.br](http://www.joguelimpo.org.br)

Alagoas, Bahia, Distrito Federal  
Espírito Santo, Minas Gerais e Sergipe: 0800 033 1520  
Amazonas e Roraima: (92) 3616-4700  
Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte: 0800 181 0120  
Mato Grosso, Mato Grosso do Sul: (67) 3373-0104  
Paraná e Santa Catarina: 0800 643 0708  
Rio de Janeiro e São Paulo Capital: 0800 941 6222  
Rio Grande do Sul: 0800 727 2066  
São Paulo Interior: 0800 773 0323

## ANIVERSÁRIO E METAS

Dia 21 de junho de 2021 marca o aniversário de 16 anos de atividades ininterruptas do Jogue Limpo. Momentos marcantes da trajetória dos primeiros 15 anos também foram apresentados no documento, apontando como uma das conquistas a assinatura do Acordo Setorial com o Ministério do Meio Ambiente em 2012, que estabeleceu metas até 2016, com a participação do Sindilub.

De 2017 em diante, as metas foram estabelecidas anualmente. Em 2020, porém, por causa da pandemia de Covid-19, pela primeira vez, de acordo com o texto assinado pelo diretor executivo Ezio Antunes, o objetivo não foi alcançado em relação ao peso de plástico destinado à reciclagem. A total registrado foi de 4.556 toneladas, 6,8% abaixo da meta de 4.890 toneladas.

Ele ressalta, no entanto, que foram mantidas as visitas aos geradores de embalagens usadas e até mesmo foram colocados novos caminhões em operação. “Não deixamos de operar um único dia sequer, mas lidamos o tempo todo com fortes restrições à normalidade de nossa atuação”, assegura.



FOTO: DIVULGAÇÃO

## CONQUISTAS

Apesar das dificuldades, o relatório relaciona alguns pontos positivos da atuação do Jogue Limpo no ano passado, como a implementação de novos Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) foi cumprido, chegando a um total de 222 em operação.

Com relação aos municípios atendidos, chegou-se a 4.315 cidades, quatro a mais do que a meta, ampliando a atuação do Jogue Limpo no Amazonas e Roraima. Atualmente, o Jogue Limpo está em mais 16 estados, mais o Distrito Federal: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

Também houve resultado positivo na gestão de oluc, com a aproximação de fabricantes e importadores do Jogue Limpo, viabilizando crescimento de sete vezes em relação ao resultado de 2019 – chegando a 35 milhões de litros de oluc da coleta até a destinação final – e atuação em todas as regiões do país. É importante ressaltar que o Instituto deu início a essa atividade recentemente, após projeto piloto em 2018, por solicitação de seus associados.

Outros destaques foram o avanço no desenvolvimento do app do Instituto, vislumbrando uma possível operação sem uso de papel em breve, e a assinatura do termo de compromisso no Mato Grosso do Sul, chegando a 13 documentos desse tipo assinados pelo Jogue Limpo. ■

**A FAMÍLIA  
CRESCERU**

AGORA COM VISOR DE NÍVEL

**ROYAL**  
LUBRIFICANTES

Siga [f](#) [i](#) [t](#) [@lubrificantesroyal](#)

# FUCHS REDUZ ATIVAMENTE PEGADA ECOLÓGICA DE CARBONO

*Brasil compõe parte desse resultado, uma vez que a somatória de todas as ações do grupo tornou essa certificação válida*

---

## FIQUE POR DENTRO

*Por Renato Vaisbih*

---

O Grupo FUCHS, que opera globalmente na indústria de lubrificantes, converteu todo seu consumo de eletricidade europeu de 2020 e 2021 em 100% de energia renovável. Com isso, o grupo reduziu a pegada ecológica de carbono de 2020 da FUCHS em mais de 8% em todo o mundo. O Brasil compõe parte significativa desse resultado, uma vez que a somatória de todas as ações do grupo tornou essa certificação válida.

Desde o início de 2020, toda emissão direta e indireta associada a atividades de produção e operação nas subsidiárias de manufatura da FUCHS foram neutralizadas, por meio do consumo de energia e água, geração de resíduos, bem como a operação de frota, viagens e deslocamento de funcionários.

De acordo com o Coordenador de Qualidade Ambiental da FUCHS, Erick Rodrigues, as calculadoras de carbono são responsáveis por realizar esta medição, levando em consideração alguns aspectos: perfil da empresa, fontes de aquecimento usadas para produzir graxa e óleos, combustível, custo com aquecimento de



ar condicionado, custos indiretos, energia elétrica, viagens de negócio, água e ainda descarte de resíduo.

“A FUCHS atingiu 8% de redução graças a essas categorias, os grupos e as boas práticas que foram direcionadas a um esforço de redução”, esclarece Rodrigues.

Segundo ele, mais de 60% da matriz energética do Brasil vêm de energia hidrelétrica, o restante da energia eólica, solar e biomassa, que já superam 80% de energia verde. “Atualmente temos um grupo de 46 especialistas ambientais espalhados pelo mundo; ao menos um em cada unidade produtiva. Es-

tamos montando um pacote de conhecimento global de sustentabilidade, olhando para o todo, não só o meio ambiente, mas também a sociedade e o lado econômico”, explica.

## ENERGIA RENOVÁVEL NA EUROPA

Para compensar emissões que são inevitáveis, a FUCHS está investindo em projetos-chaves de certificados de proteção de clima em cada ano. Contudo, baseado no princípio de “Evitar - Reduzir - Compensar”, a compensação por meio da compra de certificados de proteção climática é a última opção para alcançar a neutralidade de carbono. Desta forma, a FUCHS está trabalhando continuamente para reduzir suas emissões.

Um passo importante foi converter a fonte de energia nas subsidiárias europeias para energia renovável em 2020 e 2021, que ocorreu por meio das “garantias de origem” para a geração de energia com um volume de pouco mais de 40 GWs de uma usina eólica europeia. Assim, o consumo de energia nas instalações da Europa permanecerá coberta por energia renovável e, portanto, neutra em carbono.

A FUCHS também deu passos significativos para a produção de sua própria energia em locais selecionados. A companhia opera inúmeras fábricas e armazéns ao redor do mundo com uma grande área de cobertura que pode ser usada para a instalação de painéis solares. Um exemplo disso foi o que ocorreu recentemente na fábrica espanhola, em Castellbisbal. Uma instalação cobrindo 1.650 m<sup>2</sup>, com uma potência instalada

de 335 quilowatts, foi construída sobre os telhados de vários armazéns, oferecendo margem para cobrir cerca de 43% de consumo de energia anual com o novo sistema solar. A FUCHS na Austrália, Índia, África do Sul e Reino Unido já operam painéis solares e outras iniciativas semelhantes estão sendo planejadas.

Até 2025, a empresa pretende também vender produtos neutros em carbono para seus clientes. Isso significa que os fornecedores e suas matérias-primas também serão incluídos e a FUCHS será capaz de processar matérias-primas mais sustentáveis para produtos neutros em carbono no futuro. Para esse fim, os padrões estão sendo desenvolvidos em conjunto com parceiros e associações a fim de quantificar e registrar a sustentabilidade ao longo de toda sua cadeia de valor. ■

# ADQUIRA OS MELHORES PRODUTOS PARA EMBELEZAMENTO AUTOMOTIVO DO MERCADO!



Seja um Revendedor Autorizado

[www.soft99.com.br](http://www.soft99.com.br)  
43 3324-7363

Tecnologia japonesa  
ao seu alcance!



# ESG UNE TEMAS RELEVANTES NA GESTÃO DE EMPRESAS



## FIQUE POR DENTRO

Por Renato Vaisbih

O jornalista especializado em economia Celso Ming, colunista do jornal O Estado de S. Paulo, publicou no início de junho um texto com o título “As empresas sob cerco”, a respeito da agenda ESG. A sigla se refere, no inglês, às palavras environment, social and governance; em português, ambiental, social e governança.

Ming alerta que, independentemente da área de atuação e do tamanho, as organizações devem levar o assunto a sério e que não se trata de um modismo. Ao dar alguns exemplos sobre a proporção que a agenda ESG vem tomando, ele cita o estabelecimento de metas de diversos países para a troca definitiva de carros a combustão por veículos elétricos.

Outro exemplo são as investidas do ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore, uma das principais lideranças internacionais na área ambiental, contra montadoras, petroleiras e companhias de energia elétrica que ainda operam com combustíveis fósseis.

O jornalista ainda fala a respeito do fato de a petroleira Exxon Mobil ter incluído em seu conselho de administração dois ativistas do meio ambiente. No Brasil, a Cosan,

controladora da Moove, que fabrica e comercializa os lubrificantes Mobil, também está de olho nas práticas relacionadas ao ESG.

O diretor-presidente da Cosan, Luiz Henrique Guimarães, participou dos painéis do evento “Melhores do ESG”, da Exame, junto com a Head de ESG do portal de notícias e investimentos, Renata

Faber, e os CEOs da Ambev, Jean Jereissati Neto; do BTG Pactual, Roberto Sallouti; e do Grupo Boticário, Fernando Modé.

Guimarães apresentou as metas da empresa, defendendo a maior utilização do etanol como combustível no Brasil. “O etanol tem um diferencial importante, que é não precisar investir em infraestrutura. Para migrar do motor a combustão ao elétrico, você precisa fazer um investimento enorme. Para o etanol, a infraestrutura está pronta”, afirmou.

Com relação à Moove, o documento destaca que o programa Troca Inteligente, “para evitar o uso de embalagens plásticas. Em 2020, foram evitadas mais de 2,2 milhões de embalagens plásticas de 1 e de 20 litros pelo programa”. Uma das propostas é utilizar 15% de plástico renovável até 2025.

No material institucional da Cosan, o diretor-presidente ainda amplia o conceito de ESG, falando em EESG, com um “E” a mais, de Economics. Para ele, esse é “o quarto pilar da sustentabilidade, reforçado com a entrega consistente das nossas empresas. Para nós, pensar em sustentabilidade é pensar essencialmente em valores e gestão. Valores são os princípios que sempre nortearam nossas ações. Gestão é a garantia de que agimos e colocamos nossa capacidade de execução a serviço dos nossos valores”. ■

## SHELL E MOBIL JUNTAS?

A Cosan comunicou no início de junho a aquisição, por meio da Raizen, de todo o negócio de lubrificantes da Shell no Brasil. O valor total da negociação não foi revelado e ainda há a necessidade de aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

A Raizen e a Shell já tinham um contrato de dez anos para distribuição de lubrificantes que chegou ao fim. Agora, de acordo com o comunicado da Cosan, “a transação inclui a planta de mistura de lubrificantes localizada na Ilha do Governador e a base de Duque de Caixas, no Rio de Janeiro, assim como a cadeia de distribuição e seus respectivos contratos”.

Nada foi dito a respeito da possibilidade de intercâmbio dos negócios e operações da Raizen, com os lubrificantes Shell, e da Moove, com os produtos da marca Mobil, uma vez que as duas empresas fazem parte da holding Cosan.



# SUA EMPRESA

+ SEGURA + RENTÁVEL + PRÁTICA

## Sistema META NET



Conciliação dos cartões na conferência do turno



Centralize o cadastro de clientes, fornecedores, estoque, usuários e contas de forma simples



Ponto de venda móvel para agilizar o processo de recebimento em sua pista



Integração de carteiras digitais oferecendo vantagens como descontos, cashback e tarifas menores



Ferramenta com uma visão rápida dos principais indicadores em tempo real

#QuemTemMETACresce

 @METATECNOLOGIA

 @METATECNOLOGIA.LTDA

 WWW.METANETSISTEMAS.COM.BR



CONHEÇA NOSSAS SOLUÇÕES  
FALE AGORA:



## EVENTO

Por Renato Vaisbih

Perto da entrada em vigor, no ano que vem, da próxima etapa da legislação que prevê reduzir as emissões de poluentes de veículos comerciais pesados movidos a diesel, a Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA), realizou um evento on-line para discutir o papel dos lubrificantes diante dessa nova realidade.

Trata-se da oitava fase do Programa de controle de emissões veiculares – Proconve P8, que é equivalente à regra europeia Euro 6 e determina que os limites de os novos modelos de caminhões ou ônibus no Brasil atendam às exigências a partir de janeiro de 2022 e, um ano depois, a legislação se estenda a todos os veículos pesados comercializados no país.

O “Workshop Lubrificantes AEA – Desafios dos Novos Lubrificantes para Atendimento do Proconve P8” teve como mediadores Arley Barbosa da Silva, da Promax e vice coordenador da Comissão Técnica de Lubrificantes e Fluido, e Anderson Suzuki, diretor de eventos da instituição.

O coordenador da Comissão, Charles Conconi, da Mercedes Benz e também coordenador do subcomitê de lubrificantes e combustíveis da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), apresentou o tema “Requerimentos dos lubrificantes para atendimento do Proconve P8”, enfatizando que “atender os novos requisitos de emissões, desempenho e eficiência não significa que seja, obrigatoriamente, preciso implementar novas tecnologias. Nós vamos diminuir as emissões de contaminantes sem investir em novas tecnologias e sem efetivar essas novas tecnologias. O nosso objetivo neste workshop é destacar a importância do óleo de motor para que o Proconve P8 seja eficiente, que a gente possa divulgar isso ao mercado e auxiliar na disponibilidade desses óleos ao cliente final”.

# LUBRIFICANTES ADEQUADOS ÀS NOVAS REGRAS PARA PESADOS

## PALESTRAS

Com o título “Benefícios à sociedade – Proconve P8”, a palestra de Rui de Abrantes, gerente do setor de laboratório e emissão veicular da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), mostrou que a nova fase do programa é necessária para garantir o bem-estar das pessoas, sobretudo nos grandes centros brasileiros, equiparando o país às nações com maior rigor de controle ambiental.

Na opinião de Abrantes, “esse avanço no controle das emissões vem em um momento muito importante e pode contribuir com o controle da pandemia de Covid-19. Já há muitos anos, estudos correlacionam a emissão da poluição atmosférica com o aumento de internações hospitalares e estudos recentes também demonstram que em cidades mais poluídas as taxas para a Covid-19 são maiores”.

Representante da Associação Brasileira de Fabricantes de Aditivos (Abraf), Rafael Ribeiro, da Chevron Oronite, abordou o tema “Tecnologia de aditivos e evolução dos padrões de emissões” e afirmou que, existe um ponto de preocupação com a correta orientação do usuário final quanto aos produtos adequados, uma vez que, baseado na experiência europeia, o Proconve P8 ainda vai exigir o uso do Diesel Particular Filter (DPF).

“Fazendo a contagem de partículas por quilowatt/hora, independente-

mente da redução da quantidade do material particulado e da emissão de diversos componentes, dificilmente se consegue atingir as metas sem o uso do DPF, que é o filtro de partículas. Como o DPF é sensível, são recomendados lubrificantes pelo menos midSAPS”, explicou Ribeiro, referindo-se aos óleos que asseguram um tratamento de gases de escape nos sistemas automotivos.

Representante da Associação Brasileira de Downstream (ABD), Giancarlo Passalacqua, alertou que a relevância dos lubrificantes no Proconve P8 “consiste na forma que se harmoniza com os demais componentes do sistema. Trata-se de uma solução integrada. O lubrificante não está sozinho e deve atuar em harmonia com o combustível adequado e também com o ARLA 32. Essa trinca que vai possibilitar o P8 de atingir suas metas”.

Segundo ele, a boa notícia é que o mercado brasileiro está pronto para atender o P8 e, “olhando para o futuro, o que vai influenciar no atendimento ao P8 é a correlação entre o PIB da economia nacional e o mercado de lubrificantes. É uma correlação altíssima e quem já acompanha os gráficos e o mercado nos últimos anos já percebe isso. Outro ponto, mais específico, que vai contribuir mais diretamente com o P8 é o ingresso de novos veículos ciclo diesel em circulação. E mais um fator é a comunicação com o mercado consumidor”.



A poluição sonora também está na mira do Proconve P8, que estabelece níveis máximos de ruídos emitidos pelos veículos pesados. Novas regras começam a valer junto com as relacionadas às emissões de poluentes atmosféricos e há um cronograma previsto para outras etapas até 2033.

## OFERTA E DEMANDA

Ainda no workshop da AEA, o consultor Claudio Pereira da Silva, da LubeKem, traçou um panorama do mercado global, prevendo que a demanda por petróleo só deve voltar ao normal na segunda metade de 2022. “Não lembro de um momento tão crítico como tem sido desde o início da pandemia, tanto no mercado local como no internacional. No cenário global, houve uma grande mudança em 2020. Com o impacto da Covid-19, lockdowns, isolamento e redução de mobilidade, o mercado de petróleo entrou em colapso. A demanda de combustíveis caiu muito rapidamente no segundo trimestre e chegou ao ponto de, em abril, ter negociações de preços de petróleo negativas. O setor começou a se recuperar lentamente a partir do terceiro trimestre, mas ainda estamos muito abaixo das médias de processamento de petróleo nas refinarias. Como as refinarias estão, de certa maneira com as unidades interligadas, a redução

da produção de combustíveis também impacta a produção de óleos básicos”, analisou.

A situação das refinarias da Petrobras que produzem lubrificantes foi apresentada por Luciano Coutinho, coordenador de vendas de produtos especiais para o mercado interno da empresa. De acordo com ele, a oferta de óleos básicos do Grupo I produzidos pela Petrobras deve aumentar nos próximos meses.

“A RLAM, que paralisou a produção em março do ano passado, está partindo neste momento para a fabricação de parafinas e há a previsão de produção de lubrificantes já a partir de junho. No caso da Reduc, a gente fez estudos e chegamos a aventar a possibilidade de fazer a hibernação da planta. O cenário foi se modificando nos últimos meses e, agora, no final de março foi anunciado que a operação da unidade será mantida. No momento, a gente tem uma indicação de nível de operação para a produção de lubrificantes superior ao nível pré-pandemia”, disse Coutinho.

Sobre os básicos do Grupo II, a gerente técnica comercial da Lwart Soluções Ambientais, Andreza Frasson Balielo, assegurou que a empresa “vem investindo e trabalhando para, nos próximos anos, ampliar nossa produção, chegar na capa-

cidade nominal da nossa planta. O grande limitante da nossa expansão de produção de GII é a disponibilidade de matéria-prima. O óleo usado no Brasil ainda hoje sofre grande desvio e isso acaba sendo um fator limitante para a gente chegar à nossa capacidade nominal da planta e ter planos futuros de investimentos em novas plantas e aumentar a disponibilidade e GII ao mercado brasileiro”, pontuou.

## OUTRAS INICIATIVAS DA AEA

Em sua 28ª edição, o SIMEA 2021 - Simpósio Internacional de Engenharia Automotiva teve como tema central “A revolução da mobilidade na sociedade 5.0” e contou com mais de mil inscritos na plataforma digital que transmitiu os dois dias de evento.

Na abertura, o presidente da AEA, Besaliel Botelho, destacou o papel da entidade, dos seus integrantes e dos eventos para o setor automobilístico nacional. O presidente de honra do SIMEA 2021, Carlos Zarlenga, presidente da General Motors América do Sul, defendeu a urgência do debate sobre tecnologia e investimentos para definir o futuro da indústria nacional. O secretário-substituto de Empreendedorismo e Inovação, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, José Gustavo Sampaio Gontijo, garantiu que o governo federal está atento e à disposição para dialogar com o setor privado.

Alguns dias depois do SIMEA 2021, a Associação anunciou os vencedores do XIV Prêmio de Meio Ambiente em quatro categorias: Jornalismo, Responsabilidade Ambiental, Responsabilidade Social e Tecnologia.

Também foram divulgados o melhor trabalho técnico e menções honrosas do SIMEA 2021 e os homenageados com o Prêmio Destaque Novos Engenheiros 2021, para os formandos nos cursos superiores. ■



# O HOMEM DE DOIS BILHÕES DE LITROS

## MEMÓRIA

Por Renato Vaisbih

As empresas do setor de petróleo – mais especificamente os TRRs e o segmento de lubrificantes – e a cidade de Tupã (SP) ficaram mais tristes no dia 17 de junho, com a perda de Manoel Ferreira de Souza Gaspar, aos 66 anos.

Prefeito tupãense de 1997 a 2000 e de 2013 a 2016, foi responsável pela articulação para que o município fosse declarado Estância Turística pelo governo estadual em 2003, durante a gestão de Geraldo Alckmin, de quem se aproximou também na vida pessoal.

“Foi com grande pesar que recebi a notícia do falecimento do amigo Manoel Gaspar. Durante muitos anos, quando ia à região da Alta Paulista, me hospedava na casa dele. Homem de família, empresário, grande prefeito de Tupã, líder político, uma pessoa extremamente cativante pela sua simplicidade e capacidade de trabalho. Quero transmitir à sua esposa, D. Isaura, a seus filhos, a toda família, a toda Tupã e região nosso sentimento e nossas orações. Nossa saudade, Manoel Gaspar”, afirmou o ex-governador em uma mensagem de vídeo divulgadas nas redes sociais.

Filho de portugueses que chegaram a Tupã dois anos antes de seu nascimento, abriram um bar e

uma serraria, foi o primeiro cidadão tupãense a chegar ao cargo de prefeito do município.

Na área da Educação, merecem destaque entre as ações de Gaspar à frente da prefeitura de Tupã, a construção de quatro escolas municipais e a atuação para implementar uma unidade do Centro Paula Souza de ensino técnico, um campus da Unesp (Universidade Estadual Paulista) e outro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

Para facilitar o dia a dia da população, agiu para que fosse inaugurada uma unidade do Poupatempo no município e, pensando no progresso econômico da região, construiu o terceiro Distrito Industrial da cidade.

## EMPRESÁRIO

Não apenas na área econômica, mas em toda a sua gestão, Gaspar levou para o setor público sua experiência como empresário, sócio-fundador do Grupo Unipetro, que conta com 20 empresas fornecedoras de óleo diesel, óleos combustíveis, querosene e lubrificantes em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná e Minas Gerais; uma rede de postos revendedores; e uma rede de concessionárias de veículos.

No segmento de lubrificantes, o Grupo Unipetro atende toda a

linha automotiva, fornecendo óleos para motores, direção hidráulica, transmissão, hidráulico, câmbio e diferencial, fluídos para freios e radiadores, graxas automotivas e industriais para diversas aplicações. A empresa trabalha com as principais marcas do mercado: Lubrax, GT-Oil, YPF, Petronas, Texaco, Ipiranga, Mobil, Shell e Evora.

Em junho de 2019, pouco antes da privatização da BR Distribuidora, desvinculando-se da Petrobras, Gaspar gravou um vídeo de agradecimento, quando o Grupo Unipetro atingiu a marca de dois bilhões de litros de combustíveis adquiridos da empresa no período de três décadas.

“Quero dar um agradecimento muito especial à Petrobras/BR Distribuidora por essa outorga de dois bilhões de litros que nós adquirimos nos últimos 30 anos. Nós queremos também agradecer, principalmente, nossos clientes. Se não fossem nossos clientes, não chegaríamos nesses números. Esperamos que esse número continue aumentando, porque é um sucesso para nós, um sucesso para a BR Distribuidora. A gente alcançou isso baseado em uma parceria da Unipetro com a BR Distribuidora, calcada na sinceridade, na honestidade, na qualidade do produto e na junção de esforços dos colaboradores da Petrobras e dos nossos colaboradores”, salientou. ■



# ENEOS

JAPAN'S NO.1 OIL COMPANY



**A Nº 1 EM ÓLEO LUBRIFICANTE  
DO JAPÃO AGORA NO BRASIL.**



# PAIXÃO POR VEÍCULOS TRADUZIDA EM UMA LINHA COMPLETA PARA CUIDAR DOS MOTORES.

Qualidade, tecnologia e inovação são nossos diferenciais em fluidos, tratamentos para combustíveis e condicionador de metais. Se você também é um apaixonado, conheça a linha de produtos da DNK AUTOMOTIVE.

**SEJA UM DISTRIBUIDOR DNK!**  
**LIGUE: 51 98177-0014**

INGO HOFFMANN

**dnk** AUTOMOTIVE®

A MARCA DO PROFISSIONAL



[dnkautomotive.com.br](http://dnkautomotive.com.br)

[▶](#) [in](#) [f](#) [@](#) [dnkautomotive](#)